

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-502-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.027212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Questões sociais e Educação: Diálogos Convergentes e Articulação Interdisciplinar*, reúne artigos que são resultados de pesquisas empíricas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos. São trabalhos carregados de histórias, cultura, lutas hegemônicas, saberes populares, reflexos das vivências e experiências, e da práxis de homens e mulheres em ação frente às demandas da contemporaneidade. Cada texto, com sua originalidade e especificidade, representa as pessoas do Brasil de norte a sul, que compreendem que a Educação é uma ferramenta poderosa de emancipação para todos(as), em especial para mulheres em vulnerabilidade social, o registro dessas vozes femininas estão no (Cap. I).

Infelizmente muitas mulheres ainda são vítimas da colonialidade, da crueldade, da violência e do machismo. Por isso, compartilhe com as mulheres e as meninas de sua vida os conhecimentos disponíveis em: “É Necessário dar voz às vítimas de Femicídio” (Cap. I) e “Femicídio: uma trajetória de violência (Cap. II).

A luta das mulheres pelo direito à igualdade de condições com os homens é antiga, emergente e atual, veja “Percurso da feminilidade” no (Cap. III).

É sabido que as mulheres negras estão expostas à múltiplas violências, além de gênero: a violência de raça marcada pela discriminação, resultado do neocolonialismo brasileiro. Frente a isso, vale registrar a história da “Escarlatação de Mulheres Negras no Brasil” (Cap. IV) como símbolo de resistência.

Ainda sob este enfoque, para enriquecer esta obra, destacamos “O movimento negro brasileiro” (Cap. V).

Através do filme “JENNIFER” (Cap. VI) e suas narrativas, conheça “A construção da branquitude na sociedade da aprendizagem” e sua relação com o artigo sobre os “Estereótipos de Beleza Pura” no (Cap. VII).

Vivemos tempos difíceis, de destruição das florestas e das culturas antropológicas e sociais indígenas. O artigo sobre a etnografia de estudantes indígenas sob o olhar da pedagogia mostra que é preciso aprender a cultura para preservar, “A Etnografia e os aspectos da escolarização de alunos indígenas em escolas urbanas de Imperatriz” (Cap. VIII).

O (Cap. IX) destaca o ensino da educação de gênero no ensino básico, para a construção de uma sociedade combativa frente à violência de gênero e à discriminação de mulheres em Garanhuns, cidade do agreste pernambucano.

É possível Construir uma Sociedade Justa Baseada no Conhecimento? Veja o que diz a literatura “Sobre o desafio de construir uma sociedade justa baseada no conhecimento” (Cap. X).

Sobre essa e outras dúvidas, as contribuições sobre a Ética e os Direitos Humanos com algumas ideias de Paulo Freire (Cap. XI) contribuem para uma nova ressignificação

de pensamentos e atitudes.

As cotas na educação são um meio de equidade e justiça social através de políticas públicas, conforme os apontamentos sobre a “Avaliação de cotistas e não cotistas” no (Cap. XII).

O (Cap. XIII) “Educação em saúde no timor leste” aborda o ensino e aprendizagem através de novas metodologias ativas que buscam fomentar o protagonismo dos sujeitos para atuar na Educação em Saúde, a partir do uso da Metodologia da Problematização no Timor Leste.

Voltando ao Brasil, apresenta-se o estudo “A aventura de criação das mídias educativas da reflexão à prática dos princípios da economia solidária” (Cap. XIV).

No (Cap. XV) apresenta-se um estudo avaliativo sobre o papel do Poder Legislativo de Minas Gerais no cumprimento dos deveres quanto à aplicação das políticas públicas de educação.

Representações espaciais de Brasília na literatura (Cap. XVI) faz uma viagem interessante na cultura e espaço da capital brasileira, pontuando as desigualdades sociais.

E por fim, nada mais pertinente nos dias atuais do que conhecermos sobre o ambiente e a saúde do planeta, e as Influências Humanas na emissão de gases de efeito estufa (Cap. XVII), os autores acreditam que “os desafios ambientais vivenciados na atualidade ainda podem ser contornados” (p. 10).

Tomadas dessa mesma esperança, em tempos de cuidado e preservação da saúde e da natureza, em tempos de promoção da paz, da igualdade e justiça social no mundo, que se inicia em cada um de nós.

Desejamos uma agradável leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO

II. QUESTÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

É NECESSÁRIO DAR VOZ ÀS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO: OUTROS CASOS, OUTROS LUGARES

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122091>

CAPÍTULO 2..... 6

FEMINICÍDIO: UMA TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Eliane Viana

Rômulo Tiago da Silva

Shirlei Alexandra Fetter

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122092>

CAPÍTULO 3..... 15

PERCURSOS DA FEMINILIDADE: IDENTIDADES FEMININAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Raquel Lima Besnosik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122093>

CAPÍTULO 4..... 26

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O ESQUECIMENTO DE SUAS TRAJETÓRIAS

Ana Paula Copetti Bohrer

Lediane Pereira Ramos

Virgínia Fernandes Franz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122094>

CAPÍTULO 5..... 38

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO COMO ATOR POLÍTICO-EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA A LEI Nº 10.639/2003

Fausto Ricardo Silva Sousa

Herli de Sousa Carvalho

Salvador Tavares de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122095>

CAPÍTULO 6..... 49

A CONSTRUÇÃO DA BRANQUITUDE NA SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM: UMA LEITURA DA NARRATIVA FÍLMICA “JENNIFER”

Joice Mari Ferreira da Cruz

Maria Angélica Zubaran

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122096>

CAPÍTULO 7	59
“BELEZA PURA”: DESENROLANDO OS ESTEREÓTIPOS PARA UMA AUTENTICIDADE CRESPA	
Adelma Silva Costa Luiz Felipe Santos Perret Serpa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122097	
CAPÍTULO 8	69
A ETNOGRAFIA E OS ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS EM ESCOLAS URBANAS DE IMPERATRIZ	
Adriano da Silva Borges Lucas Lucena Oliveira Witembergue Gomes Zapparoli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122098	
CAPÍTULO 9	83
ENSINO BÁSICO, ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE DEBATE E INFORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES EM GARANHUNS	
Débora Almeida Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122099	
CAPÍTULO 10	93
ESTUDO SOBRE O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA SOCIEDADE JUSTA BASEADA NO CONHECIMENTO	
Alvani Bomfim de Sousa Junior Marcela Santos de Almeida Sidney Barreto Batista	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220910	
CAPÍTULO 11	102
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES COM ALGUMAS IDEIAS DE PAULO FREIRE	
Maria Sandra Montenegro Silva Leão Isabele Louise Monteiro de Farias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220911	
CAPÍTULO 12	112
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dario Rogério da Silva Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220912	

CAPÍTULO 13.....	127
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO TIMOR LESTE: UTILIZANDO A METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO PARA PENSAR A REALIDADE LOCAL	
Patricia Maria Forte Rauli	
Mario Antônio Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220913	
CAPÍTULO 14.....	135
A AVENTURA DE CRIAÇÃO DAS MÍDIAS EDUCATIVAS ‘DA REFLEXÃO À PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA’	
Tatiana Losano de Abreu	
Alysson André Régis Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220914	
CAPÍTULO 15.....	154
DIREITO À EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: UM PANORAMA ESTATÍSTICO E LEGISLATIVO	
André Dell’Isola Denardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220915	
CAPÍTULO 16.....	162
REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DE BRASÍLIA NA LITERATURA	
Juliano Rosa Gonçalves	
Marília Luiza Peluso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220916	
CAPÍTULO 17.....	182
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INFLUÊNCIAS HUMANAS NA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA	
Terezinha Ribeiro Reis	
Cristina Maria Costa do Nascimento	
Raiane da Silva Rabelo	
Adriana Maria Pimentel do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220917	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	191
ÍNDICE REMISSIVO.....	192

PERCURSOS DA FEMINILIDADE: IDENTIDADES FEMININAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 02/09/2021

Data de submissão: 08/07/2021

Raquel Lima Besnosik

Universidade do Estado da Bahia – Campus IX
(Barreiras-BA)

<http://lattes.cnpq.br/9551711336577969>

RESUMO: Este texto é um recorte do meu projeto de pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, orientado pela Profa. Dra. Verbena Maria Rocha Cordeiro. Esse estudo tenciona investigar a concepção de feminilidade de professoras da Educação Básica da rede pública da cidade de Barreiras-BA na constituição de suas identidades e, conseqüentemente, os impactos em suas práticas profissionais. A pesquisa busca na teoria psicanalítica suporte para a discussão sobre a feminilidade. Propõe-se questionar nessa pesquisa como a feminilidade interfere na percepção de si mesma e na prática profissional da mulher professora. Para isso, é cabível uma reflexão a respeito da relação da mulher com o trabalho, da feminização do magistério e de suas representações de seu duplo ofício de mulher e professora. Do ponto de vista metodológico, inscreve-se em uma abordagem qualitativa, tendo como eixo a pesquisa de campo, referenciada nos estudos (auto)biográficos. Serão realizadas entrevistas narrativas com oito professoras da rede pública da cidade de Barreiras-BA. A partir

das narrativas das professoras colaboradoras, será possível mapear os sentidos construídos sobre a subjetividade feminina, o ser mulher na contemporaneidade e como o contexto de construção da identidade feminina pode interferir nas escolhas relacionadas à profissão. A leitura desses diferentes significados advindos de cada narrativa auxiliará na análise sobre como a concepção de feminilidade influencia na percepção de si mesma e de sua prática profissional e como os discursos culturais e ideológicos contribuem para a formação da identidade feminina e como essa identidade se revela nos espaços profissionais docentes.

PALAVRAS - CHAVE: Feminilidade; Magistério feminino; Gênero; Psicanálise; Representações.

PATHS OF FEMININITY: FEMALE IDENTITIES AND PROFESSIONAL PRACTICES OF BASIC EDUCATION TEACHERS

ABSTRACT: This text is an excerpt from my doctoral research project, linked to the Postgraduate Program in Education and Contemporary at the Universidade do Estado da Bahia, guided by Profa. Dr. Verbena Maria Rocha Cordeiro. This study intends to investigate the conception of femininity of basic education teachers from the public network of the city of Barreiras-BA in the constitution of their identities and, consequently, the impacts on their professional practices. The research seeks support in psychoanalytic theory for the discussion about femininity. It is proposed to question in this research how femininity interferes

in the perception of herself and in the professional practice of female teachers. For this, it is appropriate to reflect on the relationship between women and work, the feminization of teaching and their representations of their dual role as woman and teacher. From a methodological point of view, it is part of a qualitative approach, having as its axis field research, referenced in (auto)biographical studies. Narrative interviews will be conducted with eight public school teachers in the city of Barreiras-BA. From the narratives of the collaborating teachers, it will be possible to map the meanings built on female subjectivity, being a woman in contemporaneity and how the context of construction of the female identity can interfere with choices related to the profession. Reading these different meanings arising from each narrative will help in the analysis of how the concept of femininity influences the perception of herself and her professional practice and how cultural and ideological discourses contribute to the formation of female identity and how this identity is revealed in professional teaching spaces.

KEYWORDS: Femininity; Female teaching; Gender; Psychoanalysis; Representations.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte do meu projeto de pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, orientado pela Profa. Dra. Verbena Maria Rocha Cordeiro, que pretende investigar a identidade feminina, os aspectos que constituem a feminilidade e como ela é percebida, sentida e vivenciada pelas próprias mulheres. O objetivo geral da pesquisa é investigar concepções de feminilidade de professoras da Educação Básica da rede pública da cidade de Barreiras-BA na construção de suas identidades femininas e, conseqüentemente, os efeitos em suas práticas profissionais.

Grande parte dos estudos sobre professoras focam nas questões metodológicas de ensino. O foco aqui é a mulher professora, e não somente a professora. Refletir sobre o ser mulher na contemporaneidade significa repensar o feminino na relação consigo mesmo, com o outro e com o cenário sociocultural no qual é constituída. A práxis pedagógica exige uma reflexão constante sobre as questões mobilizadoras das identidades das mulheres quando no exercício de sua profissão. Pensar sobre o feminino é pensar em como essa identidade é historicamente construída, de que modo os discursos culturais e ideológicos impactam na formação dessas identidades e como essa identidade efetivamente se revela nos espaços profissionais docentes.

Este estudo inscreve-se numa abordagem qualitativa a partir de pesquisa de campo, tendo a autobiografia como suporte metodológico. O método biográfico, além do valor investigativo, tem também um caráter formativo, “em função do autoconhecimento que pode propiciar ao sujeito que narra a sua história” (MORAES, 2009, p. 3900).

Levando em conta que esta pesquisa se propõe a escutar as vozes das professoras da Educação Básica na investigação da subjetividade feminina, o método (auto)biográfico constitui-se como importante ferramenta nesse processo. O propósito é priorizar as

professoras como sujeitos e colaboradoras da investigação. Considerando o que afirma Perrot (1989) sobre o que a história pública ignora ou distorce sobre a visão das minorias, especialmente sobre a vida das mulheres, torna-se ainda mais importante possibilitar a escuta desses sujeitos.

2 | A PSICANÁLISE E O FEMININO

Birman (2001), em uma análise sobre a sexualidade feminina e a feminilidade, considera que, do ponto de vista biológico e social, a maternidade define a mulher. Suas marcas morais, vinculadas ao domínio dos afetos, estão associadas às possibilidades de cuidar do outro. O homem, marcado pela racionalidade, tem outras possibilidades de inserção social. Essas representações, presentes no imaginário coletivo, sempre aproximaram a mulher do pólo da “natureza” e do sentimento e, o homem, da “civilização” e da razão.

A concepção de sexualidade (especialmente a feminina) passa a estar associada à função de reprodução e tudo o que interferisse nisso era visto como ameaça. Assim, o prazer e o desejo eram vistos como desviantes da sexualidade. O erotismo na mulher poderia “perturbar a vocação reprodutiva do seu corpo” (BIRMAN, 2001, p. 64). A mulher desejante passa a ser um desvio social, na medida em que se desloca da maternidade e da virtuosidade. O discurso freudiano parte do princípio de que a sexualidade tinha como finalidade o prazer e não a reprodução. Escutou “a dimensão desejante do corpo histórico, destacando então que a efetividade do recalque sexual nas mulheres estaria na base de suas perturbações de espírito” (Ibid., p. 66).

Para Neri (2002a, p. 18), Freud¹ foi “promotor ativo da positivação do feminino ao ouvir a fala das históricas”. As mulheres ganharam visibilidade, entraram na cena social e passaram a ser objeto de investigação. A psicanálise alçou o feminino para o *status* de cultura. Por outro lado, nesse momento, o homem ainda era o sujeito do discurso e a mulher, o objeto. O feminino era colocado numa posição de objeto para ser decifrado ou para ter seu mistério delineado (BESNOSIK, 2010).

Serge André (1987) considera que Freud construiu o conceito de feminilidade a partir de uma perspectiva masculina. Para Freud, a mulher era um enigma. A feminilidade se constituía como um objeto de pensamento inapreensível e das mulheres não se podia esperar nada porque elas próprias eram esse enigma. O tornar-se mulher, para Freud, se confundia com o tornar-se mãe. Através da maternidade, a mulher podia atribuir ao filho o papel de significante de sua identidade.

Conforme defende Neri (2002b, p. 185),

1 FREUD tem vários textos que abordam a temática da feminilidade. Alguns textos referentes ao tema são: Estudos sobre a histeria (1893-1895), Vol. II; Sexualidade feminina (1931), Vol. XXI; Conferência XXXIII – Feminilidade (1933[1932]), Vol. XXII. In: FREUD, S. Edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud.

dessa forma, a psicanálise acaba por instalar o feminino na posição de musa inspiradora e objeto de uma produção discursiva que visa estabelecer sua verdade e seu mistério: o feminino se converte num grande enigma do continente negro ou em um gozo mudo que só pode ser semidito pelo discurso fálico.

Esse conceito de feminilidade é revisto, contudo, em “Análise terminável e interminável”, quando Freud (1937) repensa a problemática da castração para os dois sexos. A feminilidade é definida como uma característica comum tanto a mulheres quanto a homens. Freud atribui à feminilidade

um estatuto originário e universal, e a situa no âmago de nossa cultura e, conseqüentemente, do processo de subjetivação que diz respeito a homens e mulheres, já que é uma experiência determinante para a constituição dos indivíduos como sujeitos sexuados (NUNES, 2002, p. 55).

Julien (1997, p. 97), ao falar de uma feminilidade velada, traz a imagem do véu: “ao mesmo tempo esconde e designa” a figuração feminina. “É o invisível de um gozo singular que, ele mesmo, torna possível o visível desse véu”. Birman (1999, p. 61) lembra que, no véu, aquilo que se deseja explicitar também se camufla. Há algo precioso em promessa para ser oferecido, mas que não se evidencia imediatamente, se oculta em segredo. É um objeto de desejo “obscuro e indizível”. Sua completa revelação o deixa desprovido de seu encantamento e, por consequência, de sua capacidade de provocar desejo.

Kehl (2008) acrescenta que o “mito do mistério feminino” se constituiu em virtude da domesticação das mulheres. Reduziu-se, de alguma forma, a complexidade das funções de mãe e esposa e criou-se um ideal de feminilidade que se esperava que as mulheres seguissem. As mulheres foram criadas frágeis e submissas, cheias de pudor e vergonha, muitas vezes resistentes ao sexo, para garantir a virilidade dos parceiros. Dessa forma, elas impulsionam os homens a serem fortes, protetores e provedores, usando seus instintos em favor da manutenção da espécie.

Julien (1997) aborda as consequências das leis do casamento e da virgindade do corpo e da alma para a sexualidade de homens e mulheres. O homem atribui um propósito à própria sexualidade quando se casa e faz da mulher a mãe de seus filhos. Ele passa ao exercício do poder paterno e doméstico em sua própria casa. Já a mulher permanece no mesmo lugar de submissão, antes ao pai, agora ao marido. Continua subordinada a um homem, a um senhor.

A suposta fragilidade feminina, segundo Kehl (2008), sempre foi um argumento fortemente utilizado contra a profissionalização das mulheres, em combate à saída excessiva de casa (especialmente à noite), em combate à quase qualquer tipo de esforço físico, em combate aos estudos demasiados ou aos excessos sexuais. A verdade é que a emancipação feminina era temida. Mulheres instruídas e cultas, que se dedicassem demasiado à leitura, poderiam negligenciar os cuidados com os filhos ou com o marido. Era uma ameaça à família e à sociedade como um todo. Todas essas limitações e imposições

submeteram à mulher um lugar “apertado” social e psiquicamente adoecedor.

Kehl (2008, p. 75) enfatiza que esse descompasso entre as mulheres e essa concepção de feminilidade não significa que os caminhos da maternidade e do casamento tenham sido sempre impostos contra seus desejos, transformando-as em pessoas infelizes; significa apenas que talvez “sejam caminhos estreitos demais para dar conta das possibilidades de identificação a outros atributos e escolhas de destino”.

Os conflitos que as mulheres experimentam hoje, na busca de uma identificação de feminilidade, não se restringem aos propostos por Freud entre ser mãe e esposa. A tensão na contemporaneidade, segundo Colette Soler (1998), encontra-se entre a realização profissional e a vida amorosa, entre trabalho e amor. Não se trata de uma escolha entre trabalho e amor, mas de uma conciliação entre esses dois trilhos (ou essas duas veredas).

Kehl (1996) ainda comenta que, na medida em que a mulher amplia suas possibilidades de atuação social, ela alarga também suas possibilidades identificatórias para além da maternidade. A mulher, ao sair do espaço doméstico, experimenta outras formas de convivência e sociabilidade, que lhe confere independência econômica, poder, cultura e alternativas de sublimação. Mais ciente de suas potencialidades, ela passa a fazer suas próprias escolhas, inclusive sua escolha sexual e, com isso, reduz a distância entre os sexos. O “ser mulher” torna-se mais do que simplesmente atender ao desejo do homem. O “ser mulher” é identificar-se com seu próprio desejo e fazer suas próprias escolhas.

3 | A MULHER E A DOCÊNCIA

Louro (2001) relata como o magistério transforma-se em “trabalho de mulher”. Em meados do século XIX surgem as primeiras escolas normais para a formação docente. No Brasil, como em tantos outros países, a atividade docente foi iniciada por homens, principalmente religiosos entre 1549 e 1759. Com as escolas normais, a intenção era formar professores e professoras que pudessem atender à demanda escolar. Ao passar dos anos, observou-se que mais mulheres do que homens eram formadas. Os homens estavam abandonando as salas de aula e a “feminização do magistério” se iniciou. Os que permaneciam na área da educação passavam a dirigir e controlar todo o sistema, deixando as funções mais imediatas do ensino com as mulheres. Demartini e Antunes (1993, p. 12), por sua vez, explicam que os homens “deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, delegados de ensino, chefes da instrução pública etc. e, dessa maneira, continuar controlando a profissão já então maciçamente feminina”.

Historicamente, as oportunidades de trabalho para os homens se diversificaram com a urbanização e a industrialização, inclusive com melhores propostas de remuneração. Para muitas mulheres, a vinculação ao magistério representava uma possibilidade de conseguir maior autonomia e liberdade. Almeida (1998, p. 23) lembra que

durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados.

Era a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Se antes ser instruída provocava temor, agora isso era objeto de desejo, desde que normatizado e orientado para não trazer riscos às funções sociais. Para as mulheres mais pobres, exercer a profissão de professora significava a possibilidade de sustentar-se sem a obrigação do casamento ou sem precisar de caridade alheia para sobreviver.

Louro (2001, p. 450) enfatiza que o processo de feminização da atividade docente não acontecia sem críticas: “para alguns parecia uma completa insensatez entregar à mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças”. Outros, no entanto, afirmavam que, “por natureza”, as mulheres eram as educadoras mais adequadas para o trato com crianças. Essa atividade era uma extensão da maternidade, sendo cada aluno uma espécie de filho para a professora. O que era considerado como função feminina não estava sendo subvertido, mas somente ampliado ou sublimado. A “vocação” docente então passava a ser uma atividade de amor, entrega e doa o.

A partir da , como aponta Louro (2001, p. 450), passaram a ser associadas ao magistério características ditas femininas: “paciência, minuciosidade, afetividade, doa o”. A ideia que se mantinha era de que a docência era percebida mais como um sacerdócio do que como uma profissão. A imagem propagada era a da professora gentil e dedicada, o que dificultaria discussões posteriores sobre s lario, carreira e condi es de trabalho, por exemplo. O estado passa a ter maior controle sobre a docência: conteúdos e níveis de ensino, credenciais dos professores, horários, s larios, etc.

A atividade fora de casa era vista como algo transitório, que deveria ser abandonada sempre que a “verdadeira missão de ser esposa e mãe” se impusesse. Esse caráter transitório também serviu para justificar os baixos s larios da profissão. Demartini e Antunes (1993) comentam que a diferença de s larios entre homens e mulheres era justificada por sua característica secundária e complementar   renda familiar no caso das mulheres. Os homens como provedores e pais de família deveriam ganhar mais. Ferreira (1998) enfatiza que o homem era considerado o responsável financeiramente pela casa e pela família (o que nem sempre era verdade; muitas mulheres sustentavam suas famílias com seus poucos s larios de professoras). A remunera o da mulher professora serviria apenas como um complemento da renda familiar.

Schaffrath (2000, p. 14) observa que existe um duplo sentido na profissionaliza o do magistério feminino. A mulher passa a ser mais requisitada como “agente civilizador dos novos cidadãos”; mas, por outro lado, “as rela es de discrimina o com o sexo feminino continuavam permeando o trabalho da mulher na docência”.

Muitos autores fazem parecer que a desqualificação profissional observada ainda hoje no magistério aconteceu apenas pela inserção das mulheres nesse espaço. Apple (1988, p. 15), em contrapartida, discute como, dentro da perspectiva capitalista, muitas profissões que se direcionam para atender comunidades de baixa renda ou projetos sociais são levadas à desqualificação e à perda de seu poder aquisitivo. “Mestras e mestres estariam sendo desqualificados”. Claro que a isso se soma à desqualificação da própria mulher, vista como um ser inferior e destinada a desempenhar trabalhos inferiores. Por isso, o grande acesso de mulheres à docência imprime ainda mais um caráter inferior à profissão.

Prá e Cegatti (2016) enfatizam que a entrada das mulheres no espaço público foi através da sua inserção na educação básica e que o ensino tinha como finalidade reforçar os aprendizados associados às atribuições domésticas (cultivo de habilidades manuais e estéticas), limitando o seu conhecimento em outras áreas. A influência da esfera doméstica na entrada das mulheres no mercado de trabalho direcionou as mulheres para áreas mais voltadas ao cuidado, como a enfermagem e a educação, alterando seu significado e valor social, desenvolvendo o fenômeno da feminização de algumas ocupações.

Muitos aspectos se transformaram ao longo tempo, mas dois mecanismos ainda parecem influenciar as escolhas profissionais das mulheres:

de um lado, processos socializadores que se reproduzem através da família, da escola e dos meios de comunicação, que tendem a orientá-las na direção de ocupações que são consideradas mais próprias para as mulheres; de outro, uma certa sabedoria da conciliação, que faz com que as mulheres, cientes de que forçosamente terão a seu cargo responsabilidades familiares além das profissionais, escolham ocupações que acreditam ser compatíveis com esta situação (BRUSCHINI, 1994, p. 192-193).

A inserção das mulheres na educação pública e privada, a despeito dos resquícios das relações de opressão e com a resistência e a luta empreendidas pelas próprias mulheres, expandiu os limites da atuação feminina também para os cargos de gestão. Diretoras, vice-diretoras, coordenadoras despontaram em escolas da rede pública e da rede privada, assim como nas universidades públicas e privadas, muitas mulheres professoras passaram a ocupar as reitorias, as vice-reitorias, as pró-reitorias, etc. O Censo de 2019, revelou que, nas mais de 180 mil unidades educacionais do país, mais de 80% dos gestores são mulheres. Dos 187,7 mil gestores declarados na pesquisa, 86% são diretores e 14% estão em outros cargos; 81,9% dos mais de 143 mil diretores são do sexo feminino; e em torno de 81,5% de gestores que ocupam outros cargos são mulheres.

Embora as representações sobre o magistério feminino como uma vocação, doação ou sacerdócio ainda estejam permeando e dificultando discussões sobre melhores salários e melhoria de condições de trabalho, a capacidade de resiliência e luta das mulheres tem possibilitado uma ampliação de atuação e uma intensificação de debates relacionados aos seus direitos e ao lugar que ocupam cultural e socialmente.

4 | REPRESENTAÇÕES DA MULHER PROFESSORA

A ocupação das salas de aula pelas mulheres veio acompanhada da exigência de um modo adequado de se portar e se comportar. Gestos e olhares contidos, uniformes sóbrios que escondiam os corpos das docentes, pontualidade, assiduidade e ordem faziam parte de um “jeito de professora” que deveria ser seguido. Para muitas moças, o magistério passou a ser uma alternativa mais viável do que o casamento. Então, a professora passou a estar associada à imagem da mulher pouco graciosa ou da solteirona. De acordo com Louro (2001), isso influencia nas representações sociais de mulher e mulher professora. Essas representações também constroem professoras. Elas dão sentido e significado ao ser professora e, conseqüentemente, interferem também na imagem que a mulher e a mulher professora têm de si mesma. Ela acaba se definindo em consonância com tais representações.

Marafon (2006, p. 10) acrescenta que também a sexualidade se pretendia controlar e delimitar socialmente através da escola e, inclusive, da professora.

Parece ter sido necessária uma dessexualização da mulher que seria professora, a fim de que ela não despertasse a sexualidade em seus alunos. Em alguns casos, evitava-se a proximidade entre professoras e alunos, sendo permitido o ensino de meninos, por mulheres professoras, apenas até que esses completassem a idade de dez anos. Tentava-se salvaguardar a sexualidade dos meninos e das professoras.

As marcas da feminilidade e o corpo feminino da professora deveriam ser resguardados através das normas de conduta, que regulavam o comportamento, a forma de se vestir, até mesmo sua vida social (discreta e reservada). Louro (1997, p. 106 e 107) comenta que, no processo de feminização do magistério, poucas professoras casadas permaneciam lecionando e isso “ajudava a representar essas mulheres sós como desprovidas de sexualidade”. Mesmo ao longo do processo de escolarização, as meninas não escapavam das marcas impressas em seus corpos pela escola, treinando suas habilidades manuais para que se tornassem prendadas, suas formas de andar, falar, sentar sempre impecáveis. Hoje os treinamentos dos antigos manuais foram superados, mas novas regras e teorias surgem em resposta “às novas condições, aos novos instrumentos e práticas educativas (...). Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (Ibid, p. 62).

Por isso, Vianna (2013, p. 171) afirma que pensar a construção da identidade docente no Brasil implica em ampliar o foco para a perspectiva de gênero, analisando não apenas a inserção das mulheres nas salas de aula, mas também “os múltiplos significados de feminilidades, masculinidades, sexualidades que o ser docente comporta”. As representações das masculinidades e das feminilidades são construções culturais e históricas e expressam as relações subjetivas de poder, criando “vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos e racionais para os primeiros, e dóceis, relacionais e

afetivas para as segundas” (VIANNA, 2013, p. 171-172).

Louro (2003) lembra que gênero e sexualidade são definições instáveis e estão em constante transformação. As distinções entre masculino e feminino normalmente estão relacionadas ao corpo, mas essas definições dependerão de todo modo do tempo, do lugar e da importância que é dada às características corporais em uma determinada cultura. Os significados corporais são também objetos de disputa pelas diferentes instâncias culturais, que querem afirmar o que são e como devem ser, decidindo e regulando sobre a sexualidade, a vida e o prazer.

Por isso, Scott (1990) aborda o conceito de gênero dentro de uma perspectiva sócio histórica. O conceito é, ao mesmo tempo, um instrumento analítico e político. O caráter social das masculinidades e feminilidades leva em consideração o contexto histórico e os diversos grupos étnicos, religiosos, raciais que permeiam esse contexto. Louro (1997, p. 25) pensa o gênero como parte da identidade do sujeito. Sendo assim, essa identidade é plural, mutante e até mesmo contraditória. “Diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Essas práticas e instituições ‘fabricam’ os sujeitos”.

A escola, como instituição social, não apenas transmite ou constrói conhecimentos, ela fabrica sujeitos e produz identidades étnicas, de gênero, de classes através de relações de desigualdade. Ela perpetua uma noção de sociedade dividida, ainda que sem o nosso conhecimento (LOURO, 1997). A inserção das mulheres no espaço escolar, em uma sociedade desigual e discriminatória, foi uma maneira para se buscar reconhecimento. No entanto, Scott (1990) enfatiza a necessidade de se lutar por mais valorização do trabalho feminino, já que a ocupação do âmbito escolar e de outros espaços frequentados pelos homens não representou (nem representa) uma garantia de direitos igualitários.

A discussão de gênero vai além da constatação da ocupação das salas de aula pelas mulheres. É importante observar os significados femininos atribuídos às atividades docentes, mesmo quando desempenhadas por homens. Os significados femininos e masculinos permeiam as relações de gênero entre professores e alunos no contexto escolar e, até mesmo, no sindicato da categoria docente. (VIANNA, 2013)

Para Louro (2000, p. 09), as possibilidades e expressões da sexualidade são estabelecidas socialmente. “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”. Os discursos sociais regulam, normatizam, produzem saberes e crenças a partir da cultura e definem identidades sociais.

O gênero deve ser entendido como uma construção social, articulado à classe, etnia, religião, idade. Os discursos sobre gênero, conforme Louro (2001), são carregados de sentido e significados e explicam como as subjetividades de homens e mulheres vêm sendo construídas historicamente. As práticas sociais são construídas no interior desses discursos e, da mesma forma, as transformações das representações que são atribuídas a

homens e mulheres também acontecem nesse mesmo espaço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ANDRÉ, S. **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

APPLE, M. W. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.64, p.14-23, fev. 1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1180>>. Acesso em: 30 jul 2020.

BESNOSIK, R. L. **Nos labirintos do amor de Marina Colasanti**. 2010. 93f. Orientadora: Verbena Maria Rocha Cordeiro. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2010.

BIRMAN, J. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Notas estatísticas. **Censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2019**. Brasília, mar. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/6842861>. Acesso em: 23 set 2020.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, jun. 1994b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102/14646>>. Acesso em: 30 jul 2020.

DEMARTINI, Z. B. F., ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, ago 1993. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934>>. Acesso em: 26 jul 2019.

FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). **Edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, versão 2.0.

JULIEN, P. **A feminilidade velada**: aliança conjugal e modernidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

KEHL, M. R. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LOURO, G. L. Corpos que escapam. **Estudos feministas**. Florianópolis, n. 4, agosto/dezembro, 2003. Disponível em: <labrys.net.br/labrys4/textos/guacira1.htm>. Acesso em: 26 jul 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARAFON, G. (Des)caminhos do feminino na história de feminização do magistério. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006, Campinas. **Caderno de Resumos do VII Seminário Nacional do HISTEDBR**. Campinas: Gráfica da FE/Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/G/Giovanna%20marafon.pdf>. Acesso em: 26 jul 2019.

MORAES, S. M. Memória e reflexão. A biografia como metodologia de investigação e instrumento de auto-formação de professores de arte. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, set. 2009. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/ceav/sumaya_mattar_moraes.pdf>. Acesso em: 27 jul 2019.

NERI, R. O encontro entre a psicanálise e o feminino. Singularidade / Diferença. In: BIRMAN, J. (org.) **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002a.

NERI, R. O feminino como transgressão criadora: Clarice e Duras, uma estética de desconstrução dos discursos sobre a verdade da mulher. In: PLASTINO, C. A. (org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002b.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n.8, p. 9-18, 1989. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846>. Acesso em: 27 jul 2019.

PRÁ, J. R., CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/660/682>>. Acesso em: 26 jul 2019.

SCHAFFRATH, M. DOS A. S. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED (anais). Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_02_19.pdf>. Acesso em: 26 jul 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 16, nº. 2, jul/dez 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 26 jul 2019.

SOLER, C. **A psicanálise na civilização**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em: <[https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDOI/44242/A%20feminiza%e7%e3o%20do%20Magist%e9rio%20na%20Educa%e7%e3o%20B%e1sica%20e%20os%20desafios%20para%20a%20pr%e1tica%20e%20a%20identidade%20coletiva%20docente%20\(2013\).pdf?sequence=1](https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDOI/44242/A%20feminiza%e7%e3o%20do%20Magist%e9rio%20na%20Educa%e7%e3o%20B%e1sica%20e%20os%20desafios%20para%20a%20pr%e1tica%20e%20a%20identidade%20coletiva%20docente%20(2013).pdf?sequence=1)>. Acesso em: 26 jul 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 36, 60, 62, 63, 68, 75, 102

Alternativas 12, 19, 83, 84, 87, 90, 153, 186

Alunos Indígenas 12, 69

Aprendizagem 9, 10, 11, 49, 50, 55, 58, 76, 85, 87, 88, 94, 127, 128, 130, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 150, 190

Aquecimento global 182, 186, 190

Avaliação 10, 12, 73, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 135, 156, 160, 191

B

Branquitude 9, 11, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58

C

Conhecimento 9, 12, 6, 10, 21, 23, 35, 39, 44, 71, 73, 74, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 133, 138, 141, 158

Contos 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177

D

Democracia 38, 39, 43, 46, 47, 52, 83, 88, 140, 142, 147, 148, 156

Desafio 9, 12, 80, 83, 85, 93, 94, 99, 131, 137, 155, 173

Desempenho acadêmico 12, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126

Discriminação 9, 12, 11, 20, 27, 29, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 68, 73, 83, 87, 88, 107, 142

E

Educação 2, 9, 10, 11, 13, 1, 2, 6, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 175, 182, 183, 186, 187, 190, 191

Educação Diferenciada 69, 76

Educação em Saúde 10, 13, 127, 128, 129, 130, 132, 133

Escolarização 9, 11, 12, 22, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 69, 71, 76, 79, 80

Espaço 10, 12, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 34, 42, 43, 44, 46, 47, 61, 62, 72, 74, 77, 79, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 96, 102, 105, 115, 127, 128, 138, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 186, 188, 189

Estereótipo 54, 59, 66

Ética 9, 12, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 127, 129, 130, 137, 187

Etnografia Escolar 69, 70

Evasão 12, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 154, 155

F

Feminicídio 9, 11, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13

Feminilidade 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24

G

Gênero 9, 2, 5, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 51, 58, 83, 84, 86, 87, 90, 104, 109, 118, 119, 122, 167

H

História 9, 5, 6, 14, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 65, 68, 72, 73, 75, 76, 80, 85, 87, 88, 89, 91, 97, 98, 102, 106, 127, 131, 164, 173, 175

L

Lei nº 10.639/2003 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48

Linguagem 59, 60, 61, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 78, 129

Literatura Brasileira 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 177

M

Magistério feminino 15, 20, 21, 25

Memórias 26, 35, 36, 66

Metodologias Ativas 10, 127, 128, 133, 134

Mídias Educativas 10, 13, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 151

Movimento Negro 9, 11, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mulheres 9, 11, 12, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 75, 83, 84, 86, 87, 91, 102, 103, 122, 150

Mulheres Negras 9, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36

N

Negro 9, 11, 18, 27, 30, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 59, 64, 66, 67, 68, 118, 119, 120, 121, 122

O

O Outro 16, 51, 60, 62, 64, 68, 71, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 147

P

Pandemia COVID-19 182

Poder Legislativo 10, 154, 156, 159, 160, 161

Política de Cotas 40, 112, 113, 114, 123, 124, 125, 126

Políticas Públicas 10, 13, 38, 40, 47, 76, 78, 79, 84, 96, 100, 105, 112, 114, 125, 130, 154, 156, 157, 159, 160, 190

Princípios da Economia Solidária 10, 13, 135, 137, 140, 141, 143, 144, 145, 151

Problematização 10, 13, 93, 109, 127, 128, 129, 130, 132

Propaganda 59, 68

Psicanálise 15, 17, 18, 24, 25

R

Relações Dialógicas 102

Relações Étnico-Raciais 38, 39, 46, 47, 48

Representação 49, 50, 57, 58, 63, 66, 89, 129, 162, 163, 165, 178

Representação Espacial 162, 163

Representações 10, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 66, 73, 76, 89, 92, 162, 163, 164, 167, 171, 177, 186, 190

S

São Miguel do Oeste/SC 1, 2

Sociedade 9, 11, 12, 6, 7, 8, 13, 18, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 151, 152, 153, 156, 157, 180, 183

T

Timor-Leste 127, 128, 129, 130, 132

V

Violência 9, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 37, 65, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 107, 110, 157

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
@atenaeditora 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2

